



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL CAMPUS NAVIRAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 32/2019

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL – *CAMPUS NAVIRAÍ*, com sede à Rua Hilda, nº 203 – Bairro Boa Vista, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.673.078/0011-00, neste ato representado por seu Diretor-Geral, MATHEUS BORNELLI DE CASTRO, nomeado pela Portaria nº 2.125 de 18 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2014, portador da matrícula funcional nº 2001472, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2019, publicada no Diário Oficial da União de 19/11/2019, processo administrativo n.º 23347.007544.2018-44, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais e equipamentos para atendimento da Administração da Sede e cursos do Eixo de Recursos Naturais, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 07./2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor homologado: SANIGRAN LTDA, CNPJ 15.153.524/0001-90, estabelecido à Rua Jacob Gubaua, 250, Lamenha Grande - Almirante Tamandaré/PR. CEP: 83.507-500 - Fone: (41) 3151-0688. E-mail: contato@sanigran.com.br.

SÓCIO ADMINISTRADOR: ALEXANDRE STRESSER CPF: 046.878.919-77

SÓCIO ADMINISTRADOR: GUILHERME STRESSER CPF: 046.878.909-03

G	Item	Especificação	Unidade	Qtd.	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	1	ARADO AIVECA PARA MICRO-TRATOR 9.0CV, FABRICADO EM FERRO	UN	2	800,00	1.600,00
	2	CARRETA SIMPLES PARA MOTOCULTIVADOR A DIESEL ACIMA DE 9	UN	1	2.500,00	2.500,00



01		CV, CARROCERIA FIXA, CAPACIDADE MÁXIMA DE 600 KG, FREIOS ACIONADOS POR PEDAL, ACOPLAMENTO POR ENGATE ATRAVÉS DE PINO, RODAS E PNEUS REFORÇADOS.				
	3	ENCANTEIRADOR PARA MOTOCULTIVADOR A DIESEL ACIMA DE 9 CV, FABRICADO EM FERRO, LARGURA DO CANTEIRO ATÉ 0,7 M, ALTURA DO CANTEIRO DE APROXIMADAMENTE 0,2 M	UN	2	700,00	1.400,00
	4	JOGO DE ENXADAS DE CAPINAR PARA MOTOCULTIVADOR DIESEL	UN	1	400,00	400,00
	5	LÂMINA FRONTAL PARA MOTOCULTIVADOR A DIESEL, FABRICADO EM FERRO	UN	2	750,00	1.500,00
	6	MOTOCULTIVADOR A DIESEL, MICRO TRATOR 9HP, MONOCILINDRICO 4 TEMPOS, REFRIGERADO A AR, CILINDRADA 418 CCM, INJEÇÃO DIRETA, ROTAÇÃO 3600 RPM, COMPRESSÃO 23:1, TANQUE DE COMBUSTÍVEL 5,5 L, PARTIDA MANUAL RETRÁTIL ELÉTRICA, RODAS 4.00 - 8, LARGURA DE CORTE 800 - 1350 MM, PROFUNDIDADE 150 - 300 MM, ACOMPANHA RODAS E ENXADA ROTATIVA 110 CM	UN	1	5.200,00	5.200,00
	7	ROÇADEIRA FRONTAL PARA MOTOCULTIVADOR ACIMA DE 7 CV, LARGURA DE CORTE DE 70 CM, PROFUNDIDADE DE CORTE DE 5 A 10 CM COM 3 FACAS REBATÍVEIS. ACIONAMENTO NO PTO DO MOTOCULTIVADOR	UN	2	2.300,00	4.600,00
	8	SULCADOR PARA MOTOCULTIVADOR ACIMA DE 7 CV, FABRICADO EM FERRO, ACOPLADO NO ENGATE DO MOTOCULTIVADOR	UN	2	411,76	823,52
	14	AMINOL 806, HERBICIDA, PRINCÍPIO ATIVO 2,4 D AMINA, EMBALAGEM DE 20 LITROS	UN	2	475,65	951,30

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o IFMS - *Campus* Naviraí.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

G	Item	Identificação	NV	AQ	UFRR	Total
1	1	Arado	1	-	1	2
	2	Carreta	1	-	-	1
	3	Encanteirador	1	-	1	2
	4	Enxadas motocultivador	1	-	-	1



5	Lamina frontal	1	-	1	2
6	Motocultivador	1	-	-	1
7	Roçadeira frontal	1	-	1	2
8	Sulcador	1	-	1	2
14	Aminol 806	1	-	1	2

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).



- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.



6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.



8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Naviraí-MS, de de 2019.

Representante legal do órgão gerenciador

Matheus Bornelli de Castro

Diretor-Geral

Portaria nº 2.125 de 18 de dezembro de 2014

Representante legal do fornecedor registrado